



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS - DIRPS**



**SOCIOLOGIA – TODOS OS CURSOS, EXCETO MEDICINA
GABARITO OFICIAL DEFINITIVO**

QUESTÃO 1

A) (20 PONTOS)

A participação política nos regimes democráticos tende a ser ampla, pois envolve ações individuais ou coletivas. A atuação do sujeito corrobora para o enfrentamento das questões que afetam a população e consequentemente reforça a existência de elementos responsáveis para manter a democracia. Nesse sentido, a questão proporciona ao/à candidato/a discorrer sobre uma gama de condições necessárias para o exercício da participação política, dentre as quais: o voto universal, amplos direitos políticos, a realização de eleições periódicas e democráticas, a disponibilização de mecanismos participativos institucionais, a fiscalização da esfera pública no combate à corrupção, o livre acesso à informação sem a interferência de algoritmos que contribuam para restringir e direcionar a busca do/a usuário/a nas redes sociais, um debate público permeado pela diversidade de ideias, liberdade de imprensa e de voz à população, livres manifestações de opinião permeadas pela cidadania, e o combate à prática de fake news.

B) (20 PONTOS)

As redes sociais que contêm algoritmos oferecem ao/à usuário/a um acesso restrito às informações, pois, com a coleta dos seus dados de navegação, o/a internauta é direcionado a experimentar conteúdos que mais se aproximam da sua preferência, resultando nas chamadas “bolhas ideológicas”. A internet, ao mesmo tempo em que aumenta aparentemente a liberdade de expressão, acaba

por criar mecanismos pelos quais somos influenciados a permanecer dentro dos limites de buscas e interesses prévios. Nesse contexto, o/a candidato/a deverá mostrar como a restrição de informações e fatos prejudicam e limitam o debate plural de ideias, levando o indivíduo a ser intolerante com as concepções que diferem da dele. A participação política passa a ser condicionada também pelos algoritmos das redes sociais, estabelecendo as bolhas ideológicas e dando novos limites ao acesso à informação. Além de gerar também ações violentas, radicalização de discursos que afetam o diálogo e a proliferação de milícias digitais que manipulam a opinião pública.

QUESTÃO 2

A) (20 PONTOS)

Uma relação possível de se fazer entre os temas é a do fortalecimento das instituições democráticas para limitar a ação dos corruptos, pois em uma sociedade em que tais mecanismos são valorizados e funcionam corretamente, o espaço para o estabelecimento de relações de corrupção se reduz. Os regimes democráticos se baseiam na ampla participação dos cidadãos sobre os atos do governo, garantindo maior fiscalização sobre os bens públicos (vigilância democrática). Os regimes democráticos, ao estabelecerem a possibilidade de alternância do poder, aumentam a possibilidade de punição de governantes envolvidos em atos de corrupção. Ainda, a criação e de mecanismos de fiscalização e a ação de órgãos reguladores das práticas públicas e privadas também contribuiria para o processo, criando regras claras para as relações entre o setor público e o privado, mecanismos empresariais e governamentais de conformidade de condutas e atuando na repressão das ações de corrupção por meio dos mecanismos de controle. Os regimes democráticos permitem a participação da sociedade civil para elaborar políticas públicas de combate à corrupção, impedindo o isolamento das elites políticas.

B) (20 PONTOS)

O patrimonialismo se caracteriza pela ausência ou confusão dos limites entre o que é público e o que é privado em termos dos recursos do Estado, que se

tornam uma extensão dos domínios e pertences dos governantes em vez de estarem à disposição de toda a sociedade, seja pela apropriação de bens e recursos públicos propriamente dita, seja pelo uso em proveito próprio de mecanismos públicos, tais como o nepotismo, aprovação de leis e outras práticas movidas pelo interesse privado dos governantes e não pelo interesse público.

No Brasil, o patrimonialismo foi marcante na política e em parte é uma das causas da crise de nossa democracia, porque em uma sociedade em que imperam relações pessoais e patrimonialistas a democracia não prospera, uma vez que o acesso aos bens e serviços públicos por todos de modo igual e impessoal é uma das bases do sistema democrático, que fica prejudicado e viciado quando a sociedade passa a não confiar nas leis e nas instituições por saber que as relações pessoais se sobrepõem na solução de problemas públicos, enfraquecendo a sociedade civil, a cidadania e, por consequência, a democracia enquanto regime político.

Conforme o texto, a democracia brasileira convive com uma estrutura estatal com traços patrimonialistas, ou seja, a esfera pública e privada tende a se confundirem. Para tanto, tais atos ocorrem de maneira ilegal, escapando dos órgãos de fiscalização. A falta de transparência no trato dos negócios públicos leva ao declínio da confiança no governo, e posteriormente, ao próprio regime. Emergem uma série de consequências interligadas e que se retroalimentam. A desconfiança em relação ao regime enfraquece os partidos políticos, gerando uma crise de representação, e a consequente diminuição da capacidade de fiscalização dos atos do governo. Neste cenário, o político deixa de representar interesses públicos, passando a ser um fiador capaz de assegurar a captura de parte dos bens públicos a seus apoiadores. A crise de representação leva a uma disputa pelo poder sem respeito ao interesse público. A percepção sobre a corrupção nos poderes instituídos aumenta, surgindo a possibilidade da defesa de soluções autoritárias a fim de resgatar o controle sobre os bens públicos.